Análise Comunicacional das Espacialidades Políticas nas Mídias Sociais Digitais[1]

Monica Franchi CARNIELLO[2]
Cândida ALMEIDA[3]

Universidade de Taubaté, SP/ Anhanguera Educacional

RESUMO

As mídias sociais digitais ampliaram as possibilidades comunicacionais e, portanto, de debate público. O objetivo do artigo é analisar as características comunicacionais e recursos de interação dos formatos das espacialidades políticas nas mídias sociais., tendo em vista a ampliação dos espaços hipermidiáticos que permitem o debate e participação pública. Tal ampliação deriva diretamente do aumento do uso das mídias sociais e da familiarização do internautas com os recursos de interação mútua. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa. Verificou-se, pelas características de cada formato analisado, que os espaços de debate político nas mídias sociais digitais, apesar da potencialidade do meio, configuram-se prioritariamente como conversas civis e apresentam comunicação de cunho informativo ou polemizador. As iniciativas que fomentam a participação e o debate ocorrem em redes fora do sistema oficial de comunicação do governo. As iniciativas governamentais fomentam o acesso à informação pública, o que é fundamental para um ambiente democrático, mas demonstram uma postura mais próxima à troca de interesses entre governo e sociedade civil do que uma perspectiva de governança.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; mídias sociais; espaço público.

INTRODUÇÃO

As mudanças tecnológicas necessariamente resultam em redefinição dos parâmetros sociais. As tecnologias de informação e comunicação, especificamente, pautadas na linguagem digital, demonstraram ser ferramentas capazes de viabilizar a expansão do espaço público, as conversas e, potencialmente, o debate. A ampliação de

[1] Trabalho apresentado no GP GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas, do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC SP), professora-pesquisadora do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil; Pesquisadora da Anhanguera Educacional, bolsista da FUNADESP- Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, para desenvolvimento do projeto de pesquisa "Mídias sociais: tendências e desafios da comunicação em rede" (nº projeto: 5500264). E-mail: monicafcarniello@gmail.com

[3] Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC SP), professora-pesquisadora do SENAC; Pesquisadora da Anhanguera Educacional, bolsista da FUNADESP- Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, para desenvolvimento do projeto de pesquisa "Mídias sociais: tendências e desafios da comunicação em rede" (nº projeto: 5500264). E-mail: candidaalmeida@gmail.com

espacialidades para debate público é um fato, e ocorre tanto em espaços institucionais quanto fora deles.

Tal contexto reforça a estreita relação entre as tecnologias midiáticas e a vida pública. As técnicas de comunicação possuem estreita relação com as formas de organização social, política e econômica. É fato que o elemento midiático e os aspectos tecnológicos sempre modificaram a vida pública, transformando o "acesso ao debate e à participação em um fato técnico-comunicativo" (DI FELICE, 2008, p.20). Portanto, o cenário midiático contemporâneo e as especificidades da comunicação digital em rede influenciam diretamente o fazer social.

Di Felice (2008, p.56) caracteriza a sociedade atual como

> Uma sociedade, portanto, não mais constituída por um conjunto de representantes iluminados, nem por uma maioria ao poder, mas pela interação técnica e espontânea dos seus membros, que através das interações colaborativas passam a redefini-la e moldá-la continuamente.

Permite-se estabelecer a relação entre o ambiente político brasileiro e os meios de comunicação. O regime democrático que oficialmente é o modelo político brasileiro pode ser potencializado com as mídias sociais, uma vez que podem ampliar as conversas entre a população. Tal processo possui potencialidade para a formação de mecanismos participativos, para o engajamento, para o exercício da democracia participativa. A existência de um ferramental de comunicação não garante, por si só, a participação da sociedade nos processos políticos, visto que “a participação política na rede depende mais de motivação do que de liberdade” (GUZZI, 2010, p.46). No entanto, uma vez motivada – e essa motivação pode ter diversos estímulos, inclusive oriundos das mídias – a estrutura de comunicação em rede imprime velocidade e ampliação das especialidades de debate e do espaço público.

Cabe compreender como se configura o fenômeno do debate público na Internet. Ressalta-se que a representatividade dos outros meios de comunicação é mantida, no entanto

> outra constatação é que, ainda que a televisão, o rádio e a imprensa escrita continuem sendo as mais importantes fontes de informação para o eleitor na escolha de candidatos, as ações e as atitudes dos usuários da Internet cada vez mais influenciam esses meios de comunicação (GUZZI, 2010, p.37).

É um desafio acadêmico analisar a representatividade das espacialidades políticas nas redes sociais digitais, visto que

> não há um entendimento compartilhado a respeito do que as redes de políticas realmente são, tampouco se chegou a um consenso em torno da possibilidade de serem meramente um tipo de metáfora, um método, uma ferramenta de análise ou uma teoria. (BÖRZEL, 2008, p. 217-218).

A partir dessa demanda conceitual, formula-se o objetivo desse artigo, que consiste em analisar as características comunicacionais e recursos de interação dos formatos das espacialidades políticas nas mídias sociais.

Espacialidades políticas nas mídias sociais

A emergência da comunicação mediada pelos meios eletrônicos e, posteriormente, digitais reconfigurou as relações sociais e, consequentemente, o processo de fazer político. Em um primeiro momento formou-se a chamada sociedade de massa, caracterizada pela difusão ostensiva de mensagens para o maior número de pessoas. Nesse contexto, os meios de comunicação exercem papel fundamental nos processos políticos, manifestado nos campos da comunicação governamental, na formação da opinião pública e nos processos eleitorais, guiados a partir das estratégias de marketing político.Tal fenômeno já parecia bastante revolucionário quando, em um curto período de tempo histórico, o final do século XX é marcado pela digitalização das mídias. Tal fenômeno permitiu a estruturação dos fluxos de comunicação em forma de rede, interligando todos os usuários e tornando-os produtores de mensagens. Tal fenômeno traz como parâmetro cognitivo a estrutura em rede, que se manifesta em toda a sociedade, conforme abordado por Castells (1999).

Amplia-se o espaço social para além dos limites geográficos. Esse espaço, nomeado como ciberespaço por vários autores, dentre eles Planells (2002), é compreendido como um espaço intangível, no entanto um espaço praticado. "E*ste espacio (social) del que nos ocupamos se caracteriza por existir en una dimensión que no tiene existencia material, física*" (PLANELLS, 2002, p.237). O espaço das mídias digitais é um eminentemente social. "*La referencia a un (ciber)espacio praticado nos pone sobre la pista de una cualidad ontológica determinante del ciberespacio en*

general: su paticularidad eminentemente social" (PLANELLS, 2002, p.240).

Castells (1999) utiliza o termo espaço dos fluxos. "O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos" (CASTELLS, 1999, p.436). Esses espaços não são descolados dos fenômenos sociais existentes em ambiente *off line*, que se interconectam às espacialidades *on line*. A essa influência bilateral, Ferreira (2008) dá o nome de midiatização.

> Os dispositivos são configurados conforme determinados processos sociais, mas também são por ele configurados; que os dispositivos afetam os processos de comunicação, assim como são delineados por esses; e que os processos de comunicação e a produção social estão em relação, inclusive no que se refere às práticas sociais estruturadas e às distribuições das condições de existência individuais e institucionais (FERREIRA, 2008, p. 2-3).

Relacionando com a questão dos espaços políticos, objeto de estudo desse artigo, as mídias sociais digitais compõem uma espacialidade que dialoga com os processos de produção social até então existentes.

Retomando Planells (2002, p.241),

> *Este ciberespacio como espacio praticado se caracteriza por la maleabilidad de los contenidos sociales y por la flexibilidad de los vínculos sociales. Esto se ve posibilitado, a su vez, por la no materialidad física, que permite un tráfico de sociabilidades y juegos identitarios fluido, líquido, liberado de muchas de las barreras físicas que la distancia o el cuerpo han impuesto, tradicionalmente, sobre la sociabilidad humana.*

Tal contexto facilitador dos fluxos comunicacionais e, portanto, interconexões sociais, em um primeira leitura generalista por si só estimulariam o debate público e a participação. No entanto, compreender as nuances, observar os limites e potencialidades desse processo é fundamental, para evitar a miopia acadêmica gerada pelo entusiasmo por uma tecnologia. Compreender quais as possibilidades de relação entre essas espacialidades das mídias digitais e o debate político são fundamentais e compõem o escopo de reflexão desse texto. Marques (1999) elucida que as relações nas redes digitais possuem níveis distintos de força e constituição. “A análise de redes nos permite identificar detalhadamente os padrões de relacionamento entre atores em uma

determinada situação social, assim como as suas mudanças no tempo" (MARQUES, 1999, p.46). Esses vínculos tem origens diversas, podendo ser intencionalmente constituídos ou originários de relações herdadas de outros contextos.

Conversa pública, debate, participação e deliberação nas mídias sociais

Adota-se a premissa de que há uma relação direta entre o regime político e as políticas de comunicação de um país, visto que os meios de comunicação constituem um instrumental para a formação da opinião pública, o debate social e a atitude cidadã.

A estrutura midiática da atualidade é aspecto favorável para a disponibilização de informações à sociedade, e, mais do que isso, um canal para estabelecer um diálogo mais próximo entre atores sociais e políticos, em suas mais diversas relações. Segundo Marques e Matos (2011, p.12) "conversações e deliberações em espaço público põem em marcha processos políticos de engajamento cívico [...]", processo esse diretamente relacionado ao acesso à informação.

Para compreender as possibilidades relacionais no campo político, faz-se necessário distinguir conceitualmente conversação, participação e deliberação, que se constituem possibilidades de atuação política nos ambientes *on* e *offline*.

A conversação ocorre nos espaços discursivos civis, incluindo os espaços virtuais e, segundo Marques (2006, p.166) "funcionam de modo mais adequado como ferramentas de apoio para o aperfeiçoamento das instituições democráticas (sem abrir mão delas), possibilitando, por exemplo, a criação de uma gama de artifícios com o objetivo de fomentar a participação dos cidadãos".

A potencialização das conversas amplia os espaços de intersecção e permitem uma aproximação dos indivíduos do ambiente político, ainda que com foco em sua micro realidade, rompendo com o discurso pronto dos meios de comunicação de massa, viabilizada pela construção de vínculos de pessoas com interesses comuns via redes digitais. Torna-se possível a conversação sobre eleições presidenciais e sobre melhorias do asfalto em uma rua de um bairro qualquer. Independente da abordagem, os elos são viáveis em função das tecnologias de informação e comunicação.

Neidhardt (1994) identifica tipologias de comunicação em uma esfera pública, que podem ser transpostas e/ou adaptadas para os espaços de debate político virtuais, a saber:

- tipo informativa: na qual uma das partes apresenta seus argumentos de forma unilateral, sem que ocorra uma interação comunicativa mais representativa;
- tipo agitação: consiste em desqualificar os argumentos do interlocutor;
- tipo discursiva: busca-se compreensão mútua das opiniões dos envolvidos no processo comunicacional.

Tais processos de comunicação compõem uma conversação civil, que pode ocorrer em ambiente digital. Pode-se afirmar que as mídias sociais ampliaram o espaço não institucionalizado de discussão, uma vez que possibilita a interação de cidadãos comuns independentemente de estarem agrupados em instituições, a chamada sociedade civil organizada.

Já o ato participativo pode ser compreendido como uma possibilidade de governança e maior eficiência da gestão pública. Nesse âmbito, ocorre a maior visibilidade dos espaços institucionalizados, que preveem mecanismos participativos. Segundo Börzel (2008), em uma abordagem teórica, as redes políticas podem ser vislumbradas sob conceitos quantitativos e qualitativos de redes. Sob a perspectiva quantitativa, as redes podem ser compreendidas como espaço de intermediação de interesses. "Estruturas de redes políticas como determinante do processo e dos resultados das políticas" (BÖRZEL, 2008, p. 246). Já sob a perspectiva qualitativa, pode-se compreender "redes de políticas como uma forma de governança" (BÖRZEL, 2008, p. 246). Importante ressaltar que a mera disponibilização de informação não garante participação, que dependerá do modo de apropriação social da informação.

Já a deliberação amplia o conceito de conversação, pois pressupõe um confronto de opiniões e ideias que terão certa repercussão na esfera pública. (HABERMAS, 1984). Para Habermas a constituição da esfera pública remete a um processo histórico complexo e dinâmico que distinguiu as sociedades ocidentais mediante a ampliação da participação política. A democracia não foi alcançada como uma concessão, mas sim construída em um ambiente de luta política correspondente a estruturação da economia capitalista pautada na industrialização. Na medida em que a burguesia alçava o poder econômico, ocorriam conflitos pertinentes à estruturação das relações políticas apropriadas à superação da estrutura de poder típica dos estados absolutistas, cujo marco mais conhecido é a Revolução Francesa de 1789. Porém, a modificação da esfera política correspondia às mudanças econômicas que propiciaram a emergência do

operariado que também buscou a participação política como recursos para o alcance de metas relativas ao bem estar social e econômico.

A comunicação digital pode, em virtude das suas características, favorecer a ampliação da esfera pública no que tange a participação política. Entretanto, a simples ampliação dos instrumentos de comunicação não favorece de fato a conversação entendida como a participação ativa dos cidadãos.

Malva faz uma distinção entre espaço público e esfera pública.

> O espaço público é caracterizado por promover a visibilidade de opiniões e de indivíduos, enquanto a esfera pública é caracterizada por promover a discussão e a democracia. Apesar de permitir acessibilidade, inclusão e oportunidade de expressão, a internet não garante instantaneamente uma esfera pública igualitária, justa e representativa. Para isso é necessário que haja democracia, pois nem toda informação na rede é democrática. O fato de um sujeito estar participando de discussões políticas via web não garante que ele esteja contribuindo para a construção de uma esfera pública democrática cuja finalidade é promover o bem coletivo (MALVA, 2011, p.222).

As redes sociais digitais são elementos facilitadores, mas nem toda conversa nesse ambiente se configura, necessariamente, como uma deliberação. “A deliberação *online*, assim como face a face, só ocorre se, nesse ambiente, os cidadãos são capazes de argumentar, de entender os argumentos de outros participantes, de aceitá-los e de responder a eles livremente”. (MALVA, 2011, p.225).

A partir dessa abordagem conceitual, busca-se identificar e caracterizar as espacialidades políticas nas mídias sociais.

Método

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa, com coleta de dados documental. A pesquisa consistiu na identificação de espaços de discussão políticos, em sistemas hipermidiáticos que podem potencialmente propiciar a participação pública efetiva, ou seja que favorecem à interação mútua entre os atores dos processos comunicacionais. Por interação mútua, Primo (2007) defende que “A interação mútua é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de

negociações, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento, afetando-se mutuamente" (PRIMO, 2007, p. 57). Nesse contexto, as mídias sociais ganham destaque nas análises, bem como os recursos que delas provêm, na transformação desses espaços como ambientes predispostos à conversação digital interpessoal de caráter público.

O contexto tomado como fonte de análise é o ambiente político brasileiro, o que resultou em uma tipologia desses espaços. Como critérios de análise dos fluxos de comunicação das espacialidades selecionadas, foi realizada uma adaptação dos tipos de comunicação na esfera pública proposta por Neidhart (1994). Ressalta-se que o foco foi identificar as características dos formato das espacialidades analisadas, e não o conteúdo de espacialidades específicas. A adaptação justifica-se pela ampliação dos fluxos e possibilidades comunicativas decorrente da digitalização das mídias. Dessa forma, foram estabelecidos quatro parâmetros para análise dos fluxos de comunicação nas espacialidades de debate político das mídias sociais digitais, a saber:

- informativa: a interação do processo comunicativo é mínima, com foco no fornecimento de informação de uma das partes envolvidas no processo. Com as mídias digitais, a disponibilização e busca de informação tornou-se mais rápida e intensa;
- discursiva: os interlocutores buscam conduzir uma comunicação que leve ao entendimento das opiniões dos envolvidos no processo;
- polemizadora: levantamento de informações que polemizem o assunto discutido, sem, no entanto, objetivar construir uma argumentação sólida ou buscar um entendimento;
- contestadora: argumentação para contestar argumentos apresentados, sem, necessariamente, propor outras opiniões sobre o assunto debatido.

O segundo critério considerado na análise das espacialidades é a tipologia das redes políticas proposta por Börzel (2008), que entende as redes políticas como espaço de intermediação de interesses, que podem se constituir como estruturas determinantes do processo e dos resultados das políticas ou como uma forma de governança, tal qual abordado no referencial teórico.

A terceira perspectiva de análise é teoricamente fundamentada em Malva (2011) e sua distinção entre espaço público e esfera pública, também abordada na base teórica do artigo.

Ressalta-se que o lugar da fala dessa pesquisa é o ambiente político brasileiro, pautado nos pressupostos democráticos e cuja legislação favorece a participação e o exercício da democracia participativa, ainda que haja uma séria de barreiras sociais para seu pleno exercício, apesar do ambiente legal-regulatório sinalizar tal tendência.

Resultados e discussão

A partir da análise proposta, chegou-se nos seguintes resultados, que são apresentados no formato de quadros para facilitar a visualização. A primeira espacialidade identificada e analisada foram os sites governamentais. No caso brasileiro, todas as unidades da federação, nas instâncias federal, estadual e municipal, possuem um domínio oficial. Na escala municipal, espacialmente, há grande heterogeneidade dos conteúdos, mas identifica-se o caráter informativo da comunicação como tipo de comunicação predominante, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Análise da espacialidade Site Governamental

Sites Governamentais			
Descrição	Tipologia de Comunicação	Finalidade da rede política	Categorização do espaço
Sites oficiais das unidades da federação (federação, estados, municípios)	Predominância da comunicação informativa	Espaço de intermediação de interesses	Espaço público

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

A partir da observação dos sites governamentais brasileiros, verifica-se a predominância da comunicação informativa. O próprio formato site é um limitador se comparado a outros formatos que contemplam de maneira mais evidente os preceitos da hipermídia. Alguns sites também apresentam recursos de prestação de serviços, como vias de documentos, recolhimento de impostos. Os mecanismos de participação são escassos, e nem todos os sites, especialmente em escala municipal, disponibilizam informações suficientes para o público. No entanto, medidas legais tem sido adotadas para fomentar o acesso do público à informação governamental, como a Lei de Acesso à Informação. A Lei de Acesso à Informação acaba por formalizar, de maneira legal, o acesso a registros administrativos do governo. É pautada no princípio da transparência

da gestão pública e promove a disponibilização de documentos administrativos da gestão à população. Para viabilizar esse acesso, a comunicação digital estruturada em rede é elemento imprescindível. A lei incide sobre "órgãos e entidades públicas dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), de todos os níveis de governo (federal, estadual, distrital e municipal), assim como os Tribunais e Contas e o Ministério Público, bem como as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios" (ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL, 2011)

A Lei de Acesso à Informação e os instrumentos criados para viabilizar esse acesso, como o Portal da Transparência, site que mostra a aplicação de recursos pelo governo federal, são potencializadores desse processo, que é uma construção iniciada a partir de uma prerrogativa legal. Em outubro de 2012 o Portal disponibilizou 1.396.160.360 de informações registradas no site (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2012). Nessa espacialidade não ocorre o processo de deliberação, e sim é um espaço público formalizado no qual são expostas informações públicas, em sua maioria sob a obrigação legal. Ressalta-se que o acesso à informação é um direito do cidadão em um ambiente político democrático e elemento fundamental para a atuação política da sociedade.

Esse formato, em si, apresenta baixa potencialidade para participação, no entanto, pela natureza das informações que disponibiliza, pode ser um impulsor de ação para um diálogo a ser estabelecido em outras espacialidades, por isso é representativo,

O Quadro 2 apresenta a análise de redes sociais governamentais.

Quadro 2 - Análise da espacialidade Perfis Governamentais em Redes Sociais

Perfis Governamentais			
Descrição	Tipologia de Comunicação	Finalidade da rede política	Categorização do espaço
Redes (Twitter, Facebook, Flickr) geridas pela equipe de comunicação oficial das unidades da federação.	Predominância da comunicação informativa, por parte do governo. Algumas situações contestadoras	Espaço de intermediação de interesses	Espaço público

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

A legislação brasileira fomenta a difusão de informações públicas e mantém sites oficiais das unidades da federação, mas não há obrigatoriedade ou indicação de uso oficial das redes sociais. No entanto, muitas unidades da federação optam por fazer uso das redes que, considerando a potencialidade do meio e recursos tecnológicos disponíveis, ainda é incipiente. Como exemplo, cita-se o caso do município de São Luiz do Paraitinga, que possui projeção nacional por seu patrimônio cultural e atratividade turística, que possui um perfil no Twitter. Este conta com apenas 24 seguidores, que raramente interagem e a comunicação estabelecida é praticamente unilateral, com fins informativos sobre eventos da cidade, informação esta em duplicidade com a disponível no site.

Apesar de as redes sociais digitais propiciarem, sob a perspectiva dos recursos tecnológicos, fluxos comunicacionais que viabilizam o debate, nem sempre isso é explorado. Formula-se a hipótese de que os debates nas redes sociais se dão fora das redes oficiais, em grupos não institucionalizados que de constituem por afinidade de interesses. Em outros casos o uso das redes sociais apresenta uma tênue linha entre comunicação governamental e comunicação partidária ou até mesmo eleitoreira, demonstrando o uso distorcido de uma mídia que potencialmente permite o debate público.

O Quadro 3 foca a observação feita em espaços de jornalismo participativo.

Quadro 3 - Análise da espacialidade Espaços de comentários em portais de notícias

Espaços de comentários em portais de notícias			
Descrição	Tipologia de Comunicação	Finalidade da rede política	Categorização do espaço
Espaços de comentários abertos ao público referentes às notícias publicadas	Predominância da comunicação polemizadora. Algumas situações contestadoras	Espaço de intermediação de interesses	Espaço público

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

Para fins de observação foram selecionados espaços de comentários de notícias diretamente relacionadas à política. Verifica-se a predominância da comunicação polemizadora, com comentários pouco aprofundados que não evoluem para um debate público efetivo. A ironia e comentários pouco argumentativos predominam nesse ambiente, que potencialmente se configura como um diálogo com a imprensa, mas que, na maioria dos casos observados, é subutilizada para essa finalidade.

Quadro 4 - Análise da espacialidade de Redes Sociais da Sociedade Civil Organizada

Redes sociais da sociedade civil organizada			
Descrição	Tipologia de Comunicação	Finalidade da rede política	Categorização do espaço
Redes formadas por interesses político sociais comuns, geridas por cidadãos independentes e não por instituições	Predominância da comunicação discursiva, com algumas situações polemizadoras ou contestadoras	Espaço de intermediação de interesses ou governança	Espaço público ou esfera pública

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

Verificou-se, a partir de buscas nas redes sociais, a existência de um representativo número de redes sociais com fins de debates de questões públicas de interesses comuns. As atividades e teor do conteúdo dessas redes é bastante variável. algumas redes mais ativas podem ser considerados como esfera pública, pois promovem de fato o debate e mobilizam os atores envolvidos em ações que mobilizam e dinamizam o ambiente político no qual estão inseridos.

Quadro 5 - Análise da espacialidade Sites Partidários

Sites Partidários			
Descrição	Tipologia de Comunicação	Finalidade da rede política	Categorização do espaço
Sites oficiais dos partidos políticos	Predominância da comunicação informativa	Espaço de intermediação de interesses	Espaço público

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

Os sites partidários priorizam a comunicação informativa, tal qual os sites governamentais, porém, naturalmente, com um discurso ideológica mais explícito, que ressalta os valores e interesses da instituição. Possuem limites, em função do formato, semelhantes aos dos sites governamentais.

Quadro 6 - Análise da espacialidade Sites Participativos

Sites participativos			
Descrição	Tipologia de Comunicação	Finalidade da rede política	Categorização do espaço
Sites que promovem a participação cidadã em assuntos públicos	Predominantemente discursiva	Governança	Espaço público e/ou Esfera pública

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

Esses espaços são os que, em sua concepção, são pautados no princípio da governança. Mais do que difundir informações, a ideia de participação é o aspecto principal. Duas iniciativas analisadas merecem destaque: o votenaweb.com.br, por meio do qual são promovidas votações a respeito das leis propostas pelo Congresso Nacional. O site é articulado com as redes sociais Twitter, Facebook e Orkut, o que amplia sua visibilidade. A perspectiva do site supera o mero acesso à informação, fomentando o debate, considerando a opinião pública e funcionando como um elemento de argumento e pressão da sociedade junto ao poder legislativo.

Outro exemplo é o www.cidadedemocrativa.org.br, que promove o debate acerca as problemáticas urbanas. Nessa espacialidade cidadãos identificas problemas e propões soluções e ideais para o ambiente urbano, em uma perspectiva colaborativa as soluções são expostas e discutidas, com uma propositura de comunicação discursiva, pautada na ideia de governança.

Quadro 7 - Análise da espacialidade Blogs

Blogs			
Descrição	Tipologia de comunicação	Finalidade da rede política	Categorização do espaço
Sites que permitem participação por sua estrutura dinâmica, geralmente associados a uma pessoa física que possui representatividade no grupo em questão	Predominantemente polemizadora ou contestadora	Espaço de intermediação de interesses	Espaço público

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

Os blogs permitem o diálogo entre os usuários. É um formato que, com certa frequência, é associado a um indivíduo que possui uma representatividade social, que utiliza o espaço com finalidade opinativa.

Considerações finais

O objetivo do artigo consistiu em O objetivo do artigo é analisar as características comunicacionais e recursos de interação dos formatos das espacialidades políticas nas mídias sociais., tendo em vista a ampliação dos espaços hipermidiáticos que permitem o debate e participação pública.

É fato que o sistema de comunicação digital possibilitou uma gama de possibilidade para atuação política dos atores sociais, ampliando os pressupostos democráticos. No entanto, cabe ressaltar que a existência de espacialidades de debate político nas mídias digitais não representa que os processos participativos e/ ou deliberativos sempre ocorram, visto que há heterogeneidade nos usos dos espaços.

A partir das análises realizadas, verifica-se uma predominância das espacialidades observadas como espaços de conversação civil, que complementam processos sociais coexistentes fora desse ambiente. No entanto, há possibilidade da formação de uma esfera pública.

À guisa de conclusão, observou-se que os espaços públicos nas hipermídias que fazem uso de recursos de interação mútuos e que são explorados pelas mídias sociais:

- potencializam os diálogos, constituindo-se como espaços de conversação civil;
- não necessariamente constituem uma esfera pública deliberativa, mas podem constituir uma esfera pública;
- são restritos a uma parcela da população devido a restrições econômicas de acesso;
- o debate civil sobre os temas aproxima o cidadão de uma perspectiva politizada, contribui com o rompimento da distância entre temas públicos e sociedade, mas poucas vezes possui caráter decisório.

Esse artigo foi composto a partir do contexto político brasileiro. Presume-se que, pela vinculação direta entre as características sócio-históricas do contexto político de um país e os fluxos de informação e comunicação, em outros regimes políticos e

ambientes culturais a formação e uso das espacialidades nas mídias digitais de configure de maneira distinta, fato que pode se desdobrar em outras pesquisas.

Referências

ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL. 2011. Disponível em: < http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/perguntas-e-respostas.asp> Acesso em: 21 out. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOYD, D.; ELLISON, N. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 13(1), 2007. Disponível em <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>. Acesso em 15 maio 2012.

BÖRZEL, Tanja. A. Organizando babel: redes de políticas públicas. DUARTE, Fabio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Queila (orgs.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação** - Lei n° 12.527/11. 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 21 out. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2009-total-brasil/index.htm> Acesso em: 12 abr. 2010.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Acesso à Informação pública**: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaAcessoaInformacao/CartilhaAcessoaInformacao.pdf > Acesso em: 21 out. 2012.

DI FELICE, Massimo (org.) **Do público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.

FERREIRA, J. **Midiatização**: dispositivos, processos sociais e de comunicação. Compós, 2008. Disponível em: < http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/196/197> Acesso em: 12 maio 2012.

GUZZI, Drica. **Web e participação**: a democracia no século XXI. São PAulo: Senac, 2010.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LÉVY, Pierre. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, D. (ed.). **Por uma outra comunicação: mídia,mundialização cultural e poder.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1999.

MALVA, Renata Barbosa. O papel da cooperação humana no processo de deliberação online. In: MARQUES, A.; MATOS, H. **Comunicação e política**: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 41, Oct. 1999 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091999000300004&lng=en&nrm=iso>. Accesso em: 03 out. 2012.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 164-187. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29402.pdf> Acesso em: 18 jan.2013.

MARQUES, A.; MATOS, H. **Comunicação e política**: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

NEIDHARDT. F. Esfera pública, opinião pública e movimentos sociais. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**. Edição Espacial, n.34, p.7-41.

PLANELLS, Joan Mayans. **Genero chat**. O como la etnografia puso un pie en el ciberespacio. Barcelona: Gedisa, 2002.

PRIMO, Alex. **Interações mediadas por computador**: comunicação, cibercultura, cogniçãoo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTAELLA, Lucia. **Da cultura das mídias à cibercultura**: o advento do pós-humano. Revista FAMECOS. nº 22. Porto Alegre, dez. 2003.

SCHRAM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.